

AÇÕES INCLUSIVAS NO IFES CAMPUS NOVA VENÉCIA: INTERVENÇÃO, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Data de aceite: 02/06/2023

Ediu Carlos Lopes Lemos

Instituto Federal do Espírito Santo
Nova Venécia - ES
<https://orcid.org/0000-0001-7460-7612>

Vanessa Tiburtino

Instituto Federal do Espírito Santo
Nova Venécia - ES
<http://lattes.cnpq.br/4143059527456656>

Júlio de Souza Santos

Instituto Federal do Espírito Santo
Nova Venécia - ES
<https://orcid.org/0000-0002-7332-5346>

desafios no atendimento aos sujeitos com necessidades específicas, diante da diversidade, complexidade e demanda crescente dos educandos considerados público-alvo da educação especial. Entretanto, a instituição tem implementado ações inclusivas articuladas às parcerias e à formação continuada, na perspectiva do desenvolvimento das potencialidades desses educandos, através da promoção de experiências que, por caminhos diversos e diversificados, voltam-se para metas gerais fundamentais ao seu desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão; Escola; Nova Venécia.

INCLUSIVE ACTIONS IN IFES NOVA VENÉCIA CAMPUS: INTERVENTION, CHALLENGES AND PERSPECTIVES

ABSTRACT: This work was accomplished at Instituto Federal do Espírito Santo, campus Nova Venécia, in the municipal district of same name. The main objective to analyze the inclusive actions developed at the school that you/they seek to guarantee conditions for the access and the students' permanence with specific education needs in the school. The analysis was made to leave and a rising regarding the institution, of the presented courses, following

RESUMO: Este trabalho foi realizado no Instituto Federal do Espírito Santo, campus Nova Venécia, no município de mesmo nome. O principal objetivo analisar as ações inclusivas desenvolvidas na escola que visam garantir condições para o acesso e permanência dos educandos com necessidades educacionais específicas na escola. A análise foi feita a partir e um levantamento a respeito da instituição, dos cursos ofertados, seguido de informações quanto a demanda por alunos com necessidades especiais e posteriormente as intervenções desenvolvidas no âmbito da escola. Constatou-se múltiplos

by information as the demand for students with special needs and later the interventions developed in the extent of the school. It was verified multiple challenges in the service to the subject with specific needs, before the diversity, complexity and the students' considered target audience of the special education growing demand. However, the institution has been implementing articulate inclusive actions to the partnerships and the continuous formation, in the perspective of the development of those students' potentialities, through the promotion of experiences that, for several roads and diversified, they go back to fundamental general goals to his/her development.

KEYWORDS: Inclusion; School; Nova Venécia.

INTRODUÇÃO

O homem é um ser situado constituído histórico-socialmente e tal assertiva se comprova por sua capacidade de interação com o outro e de desenvolvimento a partir do meio em que se insere. Seu processo de criação e desenvolvimento se dá a partir da qualidade das relações sociais das quais participa e está imbricado. A relação dialética entre o funcionamento humano e os processos sociais se aprofunda quando ele se envolve no processo ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o processo de escolarização é fator importante para o desenvolvimento cognitivo e criativo do sujeito. Quando falamos em processos educativos como propulsores do desenvolvimento humano, tratamos de todas as formas que a escolarização pode atuar e corroborar, visto que o processo educativo é um dos principais instrumentos de mediação e de trocas entre indivíduos na nossa sociedade e é através destas trocas que evolução da inteligência/plasticidade cerebral se dá.

A Resolução CNE/CEB nº 02/2001 (BRASIL, 2011) institui diretrizes para a educação especial na educação básica em todas as suas etapas e modalidades e afirma que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, visando a oferecer uma educação de qualidade para todos. Descreve como modalidade de educação especial:

[...] um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica. (BRASIL, 2001, p. 1).

A Resolução CNE/CEB nº 04/2009 (BRASIL, 2009a), que institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na educação básica, determina que os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, com apoio do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Segundo este documento, o AEE tem como função complementar ou suplementar a escolarização oferecida na sala de aula regular, oferecendo “serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na

sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (BRASIL, 2009a, p. 1).

Ao tratar de educação como atividade social que visa à promoção do homem (SAVIANI, 2013), não podemos deixar de destacar que o processo de escolarização atual passa por muitos desafios, entre eles, a educação especial e inclusiva e esta “vem se tornando uma realidade cada dia mais desafiadora para os sistemas de ensino brasileiro, pois o direito à educação não se materializa na matrícula do aluno, mas também pela sua participação e aprendizagem ao longo da vida” (DANTAS; CORTÊS, 2016, p. 2). Este artigo visa, portanto, debater caminhos e possibilidades das ações inclusivas de um campus do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). O trabalho surgiu a partir da proposta de atividade final de um *Curso de Educação Especial e Inclusiva* ofertado pelo *Centro de Referência em Formação e Educação a Distância (Cefor/Ifes)* no ano de 2018. Após estudos das peculiaridades do Instituto Federal do Espírito Santo, campus Nova Venécia, e entrevista com o psicólogo do referido campus, vicejou-se a possibilidade da elaboração de uma proposta de intervenção voltada à deficiência intelectual, tendo em vista os relatos e desafios que surgiram no cotidiano da escola.

No primeiro momento deste artigo detalharemos o campus investigado, pontuando os cursos ofertados e os alunos atendidos, destacando no detalhamento as necessidades dos estudantes público-alvo da educação especial. Em seguida, delinaremos uma proposta de intervenção voltada à educação especial do campus, com o intuito de debater as possibilidades e desafios do trabalho pedagógico voltado à educação especial. Por fim, teceremos nossas conclusões a partir dos estudos realizados.

CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO

Esse estudo tem como contexto de investigação o IFES Campus Nova Venécia, que entrou em funcionamento no dia 22 de setembro de 2008 e está localizado no bairro Santa Luzia, no município de Nova Venécia-ES.

Atualmente, esse campus atende alunos de Nova Venécia e 13 municípios adjacentes, bem como de outros municípios do Estado do Espírito Santo e até mesmo de outros Estados, através da oferta dos cursos técnicos integrados e concomitantes (mineração, edificações e meio ambiente); dos cursos superiores de licenciatura em geografia e bacharelado em geologia; de cursos de extensão e de pós-graduação *Lato Sensu*.

O Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) do Campus Nova Venécia é constituído por uma equipe multiprofissional formada de 10 servidores, que vem atuando em parceria com o corpo docente, o setor pedagógico e o setor de ensino, na perspectiva de mediação da inclusão e do acompanhamento dos estudantes com necessidades específicas. Além disso, vem buscando a efetivação de parcerias externas para contribuir no atendimento específico de qualidade.

Atualmente, o Campus Nova Venécia possui 6 (seis) alunos público-alvo da educação especial: a) um estudante com deficiência visual, que apresenta visão monocular; b) um aluno com diagnóstico não fechado de Síndrome de *Asperger*; c) dois estudantes com deficiência auditiva: um com surdez total e outro com surdez parcial; d) um aluno com deficiência física e distonia muscular; e) um estudante com deficiência intelectual moderada e oligofrenia.

Desse modo, constata-se que, do total de alunos público-alvo da educação especial (seis) do Campus Nova Venécia, cinco estudantes estão matriculados em cursos técnicos, evidenciando a demanda maior de atendimento específico para esses cursos. Ao abordar a demanda de atendimento educacional específico, o Psicólogo e Coordenador do Napne, afirma:

Eu vejo que a maior incidência aqui no campus é no nível médio, nos cursos integrados. Eu acho que esse número que chega para nós, vai acompanhando um pouco a perspectiva do que se vê, à medida que vai se passando nas modalidades de ensino, os estudantes não vão conseguindo permanecer pela complexidade e, principalmente, em virtude das barreiras que são impostas, porque, por exemplo, tem estudante, às vezes, que tem deficiência mas que não tem nenhum comprometimento cognitivo, mas que também não entra no superior, em virtude de outras barreiras sociais mesmo.

Apesar da possibilidade de demanda crescente do atendimento educacional específico no ensino superior, constata-se que, neste momento, a demanda dos cursos técnicos vêm direcionando as ações inclusivas nesse campus na perspectiva de garantia da permanência desses educandos na escola, diante do caráter da oferta e das problemáticas socioeconômicas.

Nesse contexto da garantia de condições para o acesso e permanência dos educandos com necessidades educacionais específicas, o Campus Nova Venécia vem lidando com diversos desafios dentre os quais cita-se, os diagnósticos que esses alunos e/ou responsáveis trazem, que se apresentam de caráter meramente clínico, não trazendo informações detalhadas sobre as condições das necessidades específicas desses alunos.

PROJETO DE INTERVENÇÃO: UM CAMINHO POSSÍVEL

A proposta de intervenção visa discutir as possibilidades e caminhos que surgem quando trabalhamos com aluno da educação especial. Faz-se mister considerar que quando um aluno com deficiência se matricula na escola, muitas dúvidas surgem, os professores e equipe pedagógica se perguntam se realmente saberão traçar metodologias que realmente consigam fazer com que aquele educando aprenda; muitos questionam se realmente conseguirão e se veem então numa realidade que foge a sua zona de conforto e que exige maior dedicação, estudo e conhecimento do seu outro, neste caso, o aluno, para alcançar os objetivos traçados e fazer com que a educação ofertada realmente promova o

desenvolvimento do aluno.

Esta proposta se volta então ao trabalho do aluno com deficiência intelectual, visto que no campus pesquisado o maior desafio é um aluno com este tipo de deficiência, conforme citou o psicólogo da escola em entrevista prévia concedida. É importante frisar que a proposta foi construída com base nas postulações de Vigotski (1997), acreditando que a deficiência não determina o limite de um sujeito, logo ela não deve ser vista como norteamento para o trabalho com o aluno, visto que “o homem está cheio de possibilidades não realizadas” (VIGOTSKI, 1997), assim, ao lidar com o aluno com deficiência é preciso se conscientizar que todos “podem aprender a se desenvolver. As mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental” (VIGOTSKI, 1997).

A proposta interventiva está estruturada em três momentos, entretanto, é importante salientar que os mesmos não devem ocorrer sequencialmente mas, sim de forma integrada e concomitante. O primeiro elemento da proposta de intervenção envolve a oferta de formação continuada aos professores voltada especificamente à deficiência intelectual.

O processo formativo do professor e equipe pedagógica se faz essencial, visto que através dele é possível expandir conhecimento sobre os aspectos mais formais desta deficiência, conhecimentos concretos que podem colaborar no momento da atuação do professor junto ao aluno. Para tanto, parcerias com a Secretaria de Saúde e com outros órgãos educativos, como a Superintendência Regional de Educação (SRE) e outros campi do Ifes podem ser formalizadas. A parceria com a Secretaria de Saúde do município é importante para a oferta de palestra com profissional de saúde que debate com os professores e equipe escolar especificamente sobre as consequências daquela deficiência no cotidiano do aluno. Já a parceria com a SRE e outros campi do Instituto pode contribuir para trazer à baila discussões e compartilhamento de outros casos que se aproximam com a realidade ora enfrentada no campus Nova Venécia; é através destas trocas, interações com o outro que o conhecimento se expande e as práticas dos outros interlocutores podem corroborar com o trabalho que será desenvolvido com aquele aluno.

O segundo momento da proposta se constitui na instituição de uma roda de conversa semanal entre professores, Napne e equipe pedagógica da escola. Este momento visa à partilha das práticas desenvolvidas pelos professores junto ao aluno, o que eles perceberam que foi exitoso e o que ainda é desafiador, qual metodologia que facilitou o processo, quais dificuldades encontradas. Este momento também envolve estudo de textos mais específicos sobre a deficiência do educando, webconferências com professores pesquisadores da área, trocas de experiência e conhecimentos. Este momento torna-se primordial para conscientização de que a educação do aluno com deficiência não deve visar somente à socialização e não significa o empobrecimento das atividades escolares voltadas a estes alunos, mas sim que a aprendizagem dos conteúdos curriculares e de conhecimento socialmente produzido leva a mudanças nos processos cognitivos destes

alunos, alargando suas possibilidades de interações. Assim também aponta Vigotski, ao salientar que:

A ninguém ocorre sequer negar a necessidade da pedagogia especial. Não se pode afirmar que não existem conhecimentos especiais para os cegos, para os surdos e os mentalmente atrasados. Porém esses conhecimentos e essas aprendizagens especiais há que se subordiná-los à educação comum, à aprendizagem comum, a pedagogia especial deve estar diluída na atividade geral da criança (VIGOTSKI, 1997, p. 65, grifo nosso).

O terceiro momento se volta à parceria com a família do aluno. A proposta é que a família compareça quinzenalmente à escola a fim de relatar as percepções a respeito do aluno em casa, como ele se comporta, suas mudanças, seu envolvimento com as obrigações escolares e, para além disso, este também é um espaço de compartilhamento das ações da escola, a fim de que a família se conscientize de quão importante é o acompanhamento e incentivo constantes.

Paralelo às etapas da proposta de intervenção, o aluno está sendo acompanhado constantemente, tanto pela equipe pedagógica, quanto pelo Napne. É essencial salientar que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui-se num importante processo de acompanhamento e estímulo ao aprendizado desenvolvido em sala, por tal motivo, a professora de AEE do campus se envolve em todos os momentos do projeto de intervenção ora sugerido. A relevância do AEE também é ressaltada por Bridi (2009, p. 10) ao apontar que:

O atendimento educacional especializado, no contexto da nova política, acaba por se configurar como espaço privilegiado da educação especial e de responsabilidade da mesma. Destaca-se o caráter complementar e suplementar deste atendimento (e não mais substitutivo), a natureza das atividades que se diferenciam das realizadas em sala de aula e a articulação deste atendimento com a proposta pedagógica do ensino comum.

Ressalta-se que as três etapas da proposta de intervenção, em conjunto, visam: a necessidade de colocar o aluno como sujeito do processo; assumir que, uma vez que o indivíduo é constituído socialmente, suas funções psicológicas se constroem a partir de um universo histórico-cultural; êxitos e fracassos existirão e é preciso aprofundar nas peculiaridades de cada criança para superar os obstáculos; trabalhos em grupos, quando conduzidos com planejamento, podem potencializar os processos de criação e desenvolvimento. Desta forma, ratifica-se a indispensabilidade de se investir nas relações entre os sujeitos (aluno-aluno, professor-aluno) e objeto de conhecimento para o êxito no processo de desenvolvimento do indivíduo, afinal, quanto mais rica for a qualidade destas relações, mais rico vem a ser o processo de ensino e aprendizagem. O estímulo, o incentivo a desenvolver novas habilidades na pessoa com deficiência promove a capacidade de superação das limitações que são mediadas pela interação dos fatores ambientais e o contato com o outro. Afinal, na prática, o educador, segundo a teoria vigotskiana, tem a

funcionalidade de estimular ao aluno a desenvolver novas habilidades, possibilitando um espaço sociocultural que promova uma inter relação com os fatores internos e externos, e consequentemente propiciando um ambiente com possibilidades de crescimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de investigação no IFES-Campus Nova Venécia constatamos múltiplos desafios no atendimento aos sujeitos com necessidades específicas, diante da diversidade, complexidade e demanda crescente dos educandos considerados público-alvo da educação especial.

A concepção de diferente somente é possível no contexto da diversidade que, por sua vez é possível se houver o reconhecimento dos limites das concepções homogeneizadoras. É fundamental visualizar a riqueza das individualidades de cada ser humano, em cada momento e fenômeno, pois “atender demandas universais, negligenciam as particularidades dos contextos e sacrificam a alteridade” (HERMANN, 2010, p. 132).

Considerando que o principal desafio para professores e equipe técnico-pedagógica do campus, no momento atual, consiste no atendimento a um educando com deficiência intelectual, apresentamos uma proposta de intervenção voltada para o atendimento a esse estudante, através de ações inclusivas, de caráter integrado e concomitante, voltadas para a construção e oferta de formação continuada para profissionais do campus; implementação de parcerias internas, intersetoriais e interinstitucionais; rodas de conversa e webconferências com professores, integrantes do NAPNE e equipe pedagógica; e estreitamento da escola com a família do referido educando.

Portanto, esse projeto de intervenção se volta para a implementação de ações inclusivas articuladas às parcerias e à formação continuada, na perspectiva do desenvolvimento das potencialidades desse educando, através da promoção de experiências que, por caminhos diversos e diversificados, voltam-se para metas gerais fundamentais ao seu desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 4, de 02 de outubro de 2009: diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 de outubro de 2009a.

BRASIL. Decreto Federal n. 7611 de dezessete de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 de novembro de 2011.

BRIDI, F. R. S. **Atendimento educacional especializado**. Reflexão & Ação, 17(1), 1-14, 2009.

DANTAS, M. N. S.; CORTÊS, T. G. D. **Os desafios da sala de AEE–Atendimento Educacional Especializado numa escola de ensino médio**. Atas do II congresso internacional de educação inclusiva e II Jornada chilena brasileira de educação inclusiva. Campina Grande, 2016.

HERMANN, N. **Autocriação e horizonte comum**: ensaios sobre educação ético-estética. Ijuí: Editora Unijuí, 2010.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. (Coleção educação contemporânea).

VIGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Tomo V. Madrid: Visor, 1997.